

DECRETO Nº 4.188, DE 9 DE AGOSTO DE 2016.

Regulamenta as Leis 7.335, de 6 de Junho de 2016, 7.346, de 30 de junho de 2016 e 7.361, de 27 de julho de 2016, que disciplinam o uso do Estacionamento Rotativo “Zona Azul”, Carga e Descarga, Embarque e Desembarque, Circulação de Veículos e Remoção de Veículos Abandonados no Município.

O Prefeito do Município de Patos de Minas, nos termos das Constituições Federal e Estadual, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no art. 25 da Lei Municipal nº 5.417, de 4 de março de 2004, e de conformidade com as Leis Municipais nºs 7.335, de 6 de Junho de 2016 e 7.346, de 30 de junho de 2016,

Considerando o disposto no art. 8º da Lei Municipal nº 7.361, de 27 de julho de 2016,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam caracterizados como Perímetros de Grande Aglomeração de Veículos, para fins de instituição do estacionamento rotativo, “Zona Azul”, as seguintes vias públicas:

- I – Avenida Brasil, entre as Ruas Dona Luíza e Cônego Getúlio;
- II – Avenida Getúlio Vargas, entre a Rua Prefeito Camundinho e a Rua General Osório;
- III – Praça Abner Afonso, em toda sua extensão;
- IV – Praça Antônio Dias, em toda sua extensão;
- V – Praça Desembargador Frederico, em toda sua extensão;
- VI – Praça Dom Eduardo, em toda sua extensão;
- VII – Praça Dona Genoveva, em toda sua extensão;
- VIII – Praça Santana, em toda sua extensão;
- IX – Rua Afonso Pena, entre as Praças Antônio Dias e Dom Eduardo;
- X – Rua Agenor Maciel, em toda sua extensão;
- XI – Rua Ana de Oliveira, entre as Ruas Eufrásio Rodrigues e Bernardes Assis;
- XII – Rua Bernardes Assis, em toda sua extensão;
- XIII – Rua Cônego Getúlio, entre a Rua Farnese Maciel e a Rua Rui Barbosa;
- XIV – Rua Deiró Borges, entre as Praças Dom Eduardo e Dona Genoveva;
- XV – Rua Doutor Marcolino, entre as Ruas José de Santana e Pará;
- XVI – Rua Farnese Maciel, em toda sua extensão;

XVII – Rua General Osório, entre as Ruas Tiradentes e Major Gote;
XVIII – Rua José de Santana, entre as Ruas Padre Brito e Ana de Oliveira;
XIX – Rua Jose Reis, entre as Ruas Major Gote e Nações Unidas;
XX – Rua Juca Mandú, entre as Ruas Major Gote e Cinco de Maio;
XXI – Rua Maestro Randolpho, entre as Ruas Major Gote e Alfredo Borges;
XXII – Rua Major Gerônimo, entre a Praça Champagnat e a Rua Eufrásio Rodrigues;
XXIII – Rua Major Gote, entre a Rua Pará e a Praça Champagnat;
XXIV – Rua Marechal Floriano, entre as Ruas Dona Luíza e a Major Gote;
XXV – Rua Olegário Maciel, entre as Praças Abner Afonso e João Pinheiro;
XXVI – Rua Padre Caldeira, entre as Ruas Teófilo Otoni e 31 de março;
XXVII – Rua Tenente Bino, em toda sua extensão;
XXVIII – Rua Teófilo Otoni, entre a Praça Dona Genoveva e a Rua José de Santana;
XXIX – Rua Tiradentes, entre as Ruas General Osório e José de Santana.

Art. 2º Os veículos automotores e equiparados, excetuando-se as motocicletas, que utilizarem as vias públicas descritas no art. 1º para estacionamento nos horários compreendidos entre 8:00 e 18:00 horas de segunda a sexta-feira e aos sábados de 8:00 as 14:00 horas, pagarão tarifa a título de estacionamento rotativo no valor de R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) por hora de utilização, cuja a permanência não poderá ultrapassar 02 (duas) horas, na mesma vaga.

§ 1º Nos perímetros de grande aglomeração de veículos, as motocicletas deverão estacionar exclusivamente nos locais pré-determinados, que serão devidamente sinalizados com placas regulamentares (sinalização vertical e horizontal).

§ 2º Os locais a serem destinados ao estacionamento de motocicletas serão localizados preferencialmente, próximos às esquinas das vias, após a faixa de contenção de veículos.

§ 3º Poderão ser criadas zonas de estacionamento rotativo tarifado para motocicletas, junto a Zona Azul, de acordo com a demanda do Município.

§ 4º Nas vias do Município providas de semáforos, serão sinalizados os espaços livres entre a faixa de pedestres e a faixa de contenção de veículos, exclusivamente para motocicletas se posicionarem a frente dos demais veículos automotores, enquanto aguardam o sinal verde.

§ 5º O valor da tarifa descrita no caput, poderá ser reajustado anualmente de acordo com a variação da UFPM – Unidade Fiscal do Município de Patos de Minas, ou outro indexador que venha a substituí-lo.

§ 6º Por equiparado entendem-se os triciclos, quadriciclos e motocicletas adaptadas para frete, excetuando-se os triciclos adaptados para pessoas com deficiência (PcD).

Art. 3º Para fins deste Decreto e a vista do CTB (Código de Trânsito Brasileiro), será considerado operação carga e descarga o estacionamento do veículo para carregamento ou descarregamento de mercadorias e ou animais em um tempo estritamente necessário, obedecendo às normas contidas neste Decreto.

Art. 4º Os locais predeterminados pela Diretoria de Trânsito e Transporte para embarque e desembarque, poderão ser utilizados pelos usuários, pelo prazo de até 10 minutos, com uso obrigatório do pisca alerta ativado, podendo haver apenas um local por quarteirão, e desde que, exista no mesmo, algum dos seguintes estabelecimentos: farmácia, hotel ou clínica médico-hospitalar.

Art. 5º Os locais destinados a Carga e Descarga serão isentos de tarifa e sinalizados com placas regulamentares, com delimitação de tonelagem, capacidade de carga (Lotação) e horário de utilização, devendo haver um local por quarteirão, quando possível, preferencialmente no ponto mais central, desde que haja estabelecimento comercial.

Art. 6º Ficam permitidas a circulação e o estacionamento para a operação de carga e descarga, nas seguintes condições:

I – em toda a área do Município, fora do perímetro de grande aglomeração veículos tarifado - “Zona Azul”, em qualquer horário.

II – em todo o perímetro de grande aglomeração de veículos tarifado - “Zona Azul”, entre 8:00 e 18:00 horas de segunda a sexta-feira e aos sábados de 8:00 as 14:00 horas, aos veículos cuja capacidade de carga (lotação) não ultrapasse 07 (sete) toneladas, sendo que, haverá pagamento de tarifa quando não utilizados os locais específicos para carga e descarga, e o valor devido será de acordo com a quantidade de vagas ocupadas.

§ 1º A operação de Carga e Descarga, não poderá exceder o prazo máximo de 02 (duas) horas, com preferência para movimentação, os produtos perecíveis e de atendimento de urgência em hospitais.

§ 2º Os veículos de abastecimento de oxigênio hospitalar não se enquadram nas limitações previstas no inciso II, havendo espaço permanente previamente delimitado pelo órgão responsável do Município.

III – no perímetro de grande aglomeração de veículos, tarifado - “Zona Azul”, fora dos horários tarifados descritos no inciso II, aos veículos cuja capacidade de carga (lotação) não ultrapasse 17 (dezessete) toneladas;

IV – os veículos com capacidade de carga superior a 17 toneladas, poderão circular entre 19:00 e 07:00 horas de segunda a sexta-feira e aos sábados a partir das 16:00, ou parcelar a carga para distribuição em veículos de menor capacidade para acesso ao local de carga e descarga nos termos do inciso II.

V – os veículos de emergência e utilidade pública, quando em serviço e devidamente identificados, tem livre trânsito e estacionamento, nos termos dos incisos VII e VIII do art. 29 do Código de Trânsito Brasileiro.

VI – as caçambas serão colocadas exclusivamente nos locais permitidos na Lei nº. 6.137, de 15 de Setembro de 2009, ocupando a vaga equivalente a um veículo leve, mediante pagamento de 50% da tarifa estabelecida no art. 2º deste Decreto, permitida a utilização diária, se for o caso.

§ 1º Os horários de colocação e remoção das caçambas deverão ocorrer no período compreendido entre 18:00 e 6:00 horas de segunda a sexta-feira e aos sábados após as 14:00 horas.

§ 2º As áreas de segurança são destinadas à segurança das edificações públicas ou consideradas especiais, nas quais a parada e estacionamento, são proibidos.

VII – os veículos transportadores de produtos perigosos, somente poderão carregar ou descarregar em horários e locais previamente determinados, nos termos da Legislação Federal, Decreto nº 96.044 de 18 de maio de 1988.

VIII – os equipamentos empregados em demolições, concretagem, transporte de grandes volumes, como por exemplo, muncks, guindastes, escadas rolantes, elevadores, etc, na área mencionada no perímetro de grande circulação de veículos “zona azul”, mediante pagamento de 50% da tarifa estabelecida no art. 2º deste Decreto, de acordo com a quantidade de vagas ocupadas, permitida a utilização diária, se for o caso.

Art. 7º Em hipótese alguma será permitida a utilização da calçada para carga e descarga.

Art. 8º Havendo denúncia, formalizada por qualquer cidadão, ou constatação por meio dos órgãos públicos responsáveis, o veículo, carreta, reboque, semi-reboque ou similar, estacionado na via pública em condição de sucata, por questões de ordem pública, será removido, quando houver comprovado risco que comprometa a circulação na via e/ou risco à saúde.

§ 1º Os veículos recolhidos na forma deste artigo, serão depositados pelo Município, correndo todos os custos de remoção e manutenção por conta do proprietário, se houver.

§ 2º Considera-se inequívoca a situação de sucata quando verificada uma das seguintes circunstâncias:

I – veículo com habitáculo de passageiro violado, sem portas ou com vidros quebrados, havendo acúmulo de lixo ou água em seu interior;

II – ausência de rodas, motor ou outros componentes mecânicos, impossibilitando o deslocamento com segurança por seus próprios meios;

III – queimado total ou parcialmente;

IV – parte estrutural da lataria com danos irreparáveis, resultado de vandalismo ou depredação voluntária;

§ 3º O proprietário, quando identificado, será notificado para retirada do veículo ou equipamento no prazo máximo de 07 (sete) dias, e quando incerto, será publicado no átrio da sede administrativa e no portal eletrônico do Município, o edital com as informações relativas à remoção sumária descrita no art. 9º, para que no mesmo prazo, promova a retirada.

Art. 9º Os veículos e/ou equipamento não retirados ou reclamados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da remoção, serão levados a leilão, e os valores

apurados revertidos ao custeio das despesas com a remoção e o depósito, e o saldo remanescente, se houver, destinado ao Fundo Municipal de Trânsito, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.

Art. 10. Os veículos destinados ao transporte de escolares terão áreas a eles destinadas com a devida sinalização, obedecendo às determinações do art. 4º deste Decreto.

Art. 11. Os casos não previstos no presente Decreto, e que se revestirem de condições excepcionais, serão submetidos à apreciação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, por meio da Diretoria de Trânsito e Transporte, devendo o interessado formular requerimento em modelo próprio disponibilizado pelo órgão, devidamente justificado, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis antes da data em que pretenda carregar, descarregar ou circular, afim de que possa o órgão tomar as providências necessárias ao atendimento do pedido, ou avaliar possível situação excepcional.

Art. 12. A fiscalização se fará concomitantemente pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, por meio da Diretoria de Trânsito e Transporte e demais autoridades de trânsito competentes, nos termos da Legislação vigente.

Art. 13. Ficam REVOGADOS os Decretos 2.752 e 2.753, de 29 de agosto de 2005 e 2.856, de 14 de junho de 2006.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 9 de agosto de 2016.

Pedro Lucas Rodrigues
Prefeito Municipal

Pérsio Ferreira de Barros
Secretário Municipal de Governo

Carlos Guilherme Naimeg
Secretário Municipal de Infraestrutura

Cláudio Henrique de Magalhães
Secretário Municipal de Administração

Damião Borges da Silveira
Procurador-Geral do Município